

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.829 - RJ (2018/0341982-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : VIAÇÃO VG EIRELI
ADVOGADOS : ANDRE ALVES DE ALMEIDA CHAME E OUTRO(S) - RJ093240
LUIZ PHILIPPE TENUTA DA SILVA - RJ181848
AGRAVADO : ANA CARLA PEREIRA NETO DE ALMEIDA DE MATTOS
ADVOGADOS : ALEXANDRE MAGALHÃES DE MATTOS - RJ132769
LINDOMAR DE SOUZA FREITAS - RJ155526
JOSÉ MONTEIRO LYSANDRO JUNIOR E OUTRO(S) - RJ135590
MONICA CORDEIRO MACIEL DE MELLO BRAGA - RJ102177

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 268, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE. COLISÃO TRASEIRA.

Indenizatória na qual a autora narrou que teve seu veículo atingido na traseira pelo coletivo da ré, ocasionando danos materiais e morais, razão pela qual requereu as verbas reparatória e compensatória. Remansosa a jurisprudência de que é presumida, *juris tantum*, a culpa do motorista que colide a frente de seu veículo na parte posterior de outro. Do mosaico probatório dos autos exsurge hígido o nexos causal, verificando-se que a colisão causou lesão de natureza grave na apelante, tendo esta inclusive sido submetida a exames de corpo de delito. Não conseguiu sequer a empresa comprovar sua responsabilidade por meio de alguma excludente. Restringiu-se apenas a repisar culpa exclusiva da vítima. Tampouco conseguiu produzir a prova oral requerida, não obtendo êxito em localizar suas testemunhas, apesar do indulgente prazo de 4 anos concedido. Quanto ao dano material, comprovada sua ocorrência, pois demonstrados o pagamento da franquia de seguro e a necessidade do aluguel de veículo substitutivo. No que tange ao dano moral, a apelante optou por uma épica vacilante, ora pugnando pelo reconhecimento da inexistência de dano, ora pela caracterização da sentença como título hábil ao enriquecimento ilícito da apelada. De igual modo o apelo também não merece acolhida. No caso em tela, agiu com moderação a juíza a quo ao fixar a verba compensatória,

pois avaliou o caso concreto e estipulou a indenização em consonância com o balizamento fornecido pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Recurso desprovido, nos termos do voto do desembargador relator.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 284/289, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 186, 927 e 944 do Código Civil.

Argumenta que não houve a prática de ato ilícito e que a recorrida não suportou danos morais.

Requer, subsidiariamente, a redução da indenização pelos danos morais.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 323/332, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 335/339, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

O pedido de afastamento da condenação pelos danos morais encontra obstáculo na Súmula 7/STJ.

Com efeito, o Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, reconheceu a existência dos danos morais indenizáveis. Salientou-se, na oportunidade, que o acidente de trânsito sofrido pela autora foi grave, tendo sido necessária, inclusive, a contribuição de equipe de socorro médico especializada para sua retirada do veículo com segurança.

Transcrevo, nesse sentido, trecho do acórdão recorrido (fls. 272/273, e-STJ):

No que tange ao dano moral, a apelante optou por uma épica vacilante, ora pugnando pelo reconhecimento da inexistência de dano, ora pela caracterização da sentença como título hábil ao enriquecimento ilícito da parte apelada, por vultoso o quantum arbitrado em face de "mero aborrecimento". De igual modo, quanto a esse desiderato, o apelo também não merece acolhida.

(...)

Na valoração do dano moral, a repreensão deve servir como admoestação pedagógica ao ofensor, de molde a não repetir a falta no futuro, e, ao mesmo tempo, servir como compensação ao ofendido pelo mal sofrido injustamente, sem que isto lhe constitua fonte de lucro.

Basta debruçar-se sobre a descrição do fato pela autoridade policial, a fls. 17, para perceber a gravidade do acidente tendo a autora necessitado de socorro médico especializado de médico-bombeiro para que fosse segura a sua retirada do veículo abalroado.

No caso em tela, agiu com moderação a juíza a quo ao fixar a verba compensatória em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pois avaliou o caso concreto e estipulou a indenização em consonância com o balizamento fornecido pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista as circunstâncias do evento, acima relatadas, bem como a capacidade financeira das partes envolvidas.

Rever essas conclusões tomadas pelas instâncias ordinárias implicaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório, o qual é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7 do STJ.

Também não deve ser acolhida a pretensão da agravante de redução do valor arbitrado a título de danos morais.

De acordo com a jurisprudência do STJ, em regra, não cabe, em recurso especial, a revisão do montante dessa espécie de indenização. Apenas em casos excepcionais, quando identificada a estipulação de valores exagerados ou irrisórios, incompatíveis com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, é possível tal revisão.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o

valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nem é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que o dano moral decorreu da inscrição indevida do nome da parte ora agravada em cadastro de inadimplentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 681.942/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 15/9/2015).

No caso, em que a indenização foi fixada em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), entendendo bem observados os padrões de razoabilidade e proporcionalidade, não se configurando situação cuja excepcionalidade justifique a intervenção do STJ.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora